



**SUPERMERCADO**  
UNIFAMÍLIA

F.E. ALMEIDA DA SILVA  
CNPJ:17.333.890/0001-56  
CGE: 07.227.963-0

⇒ Contrarrazão  
03-04



**AO ILUSTRÍSSIMO AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE / CE**

**ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO. CONTRARRAZÕES RECURSAIS.  
PROCESSO Nº 2025.10.06.1 – PREGÃO ELETRÔNICO.**

A empresa F.E. ALMEIDA DA SILVA ME, legalmente cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 17.333.890/0001-56, à presença de Vossa Senhoria e com fulcro no item 9.11 do edital deste certame, na Lei 14.133/21 e legislação correlata, apresentar CONTRARRAZÃO ao recurso administrativo apresentado pela empresa LS HORTIFRUTI LTDA (CNPJ: 55.889.249/0001-91) em ataque a decisão que a declarou INABILITADA, no processo em destaque, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AOS ALUNOS ASSISTIDOS PELO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE/CE, o que faz com base nos seguintes argumentos fáticos e jurídicos a seguir dispostos.

Argumenta a recorrente nestes termos:

O certame em epígrafe teve sua sessão pública de abertura realizada em 30 de outubro de 2025. Posteriormente, em 14 de novembro de 2025, a recorrente foi regularmente convocada a apresentar os documentos de habilitação, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, que prevê a apresentação desses documentos após a classificação.

Em estrito cumprimento à convocação, a recorrente apresentou, dentro do prazo estipulado, todos os documentos exigidos, inclusive a Certidão Negativa de Falência e Concordata, emitida pela Central de Distribuição do Fórum Clóvis Beviláqua (TJCE) em 31 de outubro de 2025, cujo teor atesta expressamente a inexistência de qualquer processo de falência ou concordata envolvendo a empresa.

Apesar de ter cumprido integralmente sua obrigação, a Comissão de Licitação decidiu inabilitar a recorrente, com fundamento na cláusula 8.2 do edital, alegando que a certidão teria sido emitida após a data de abertura do certame, o que, segundo a Administração, o documento oficial de nada serviria pois deveria ter sido emitida em antes de 30/ de outubro de 2025 e um dia após.





**SUPERMERCADO**  
UNIFAMÍLIA

F.E. ALMEIDA DA SILVA  
CNPJ:17.333.890/0001-56  
CGE: 07.227.963-0



Ora, a recorrente não observou os ditames do edital que de forma clara especifica o prazo para a apresentação dos documentos de habilitação, qual seja, o dia marcado para a abertura do certame, nos termos do item 8,1, do edital:

“Os interessados na forma do artigo 62 da Lei Federal n.º 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, habilitar-se-ão à presente licitação mediante a apresentação dos documentos relacionados no Termo de Referência (anexo I) do edital, a serem anexados junto ao cadastro do SICAF ou, através da plataforma COMPRAS.GOV.BR, quando da solicitação por parte do(a) Pregoeiro(a), os quais serão analisados pelo(a) Pregoeiro(a) quanto a sua autenticidade, veracidade, conteúdo, forma e o seu prazo de validade. OBSERVAÇÕES: 1) Para fins de definição quanto ao **marco da apresentação, análise e validade dos documentos de habilitação deverá ser considerada como referência (marco) a data de abertura inicial do certame, ainda que a convocação para apresentação dos documentos seja realizada em momento posterior a abertura** (prosseguimento), nos termos dos incisos I e II do art. 64º da Lei Federal n.º 14.133/21. 2) No que concerne a regularidade fiscal, o marco para apresentação, análise e validade desses documentos será a data fixada para a apresentação dos documentos, ainda que em momento posterior a abertura, nos termos do inciso III do art. 63.

Notadamente o julgamento proferido pelo agente pregoeiro que age estritamente em conformidade com os ditames editalício e em observância a lei maior da licitação e que a irresignada não cumpriu aos requisitos de habilitação, especificamente ao descrito no item 8.1, do instrumento convocatório.

Imperioso ressaltar que os agentes públicos devem acostar-se sempre aos Princípios basilares da Administração Pública, bem como, o dever da Administração de sempre buscar a proposta mais vantajosa, em conformidade com o disposto no **art. 5º, da nova Lei de Licitações, in verbis:**





**SUPERMERCADO**  
UNIFAMÍLIA

F.E. ALMEIDA DA SILVA  
CNPJ:17.333.890/0001-56  
CGE: 07.227.963-0



Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (BRASIL, 2021, Art. 5º).

Um dos pressupostos que norteiam a condução das licitações públicas é a estrita obediência ao previsto no respectivo edital, que vincula o agir da Administração Pública e dos participantes no decorrer do certame. Essa obrigatoriedade, inclusive ganhou ares de princípio, sendo denominado de "princípio da vinculação ao instrumento convocatório". Assim, tanto a etapa de habilitação das licitantes (em que se verifica as que reúnem as condições necessárias para participar do certame) quanto a de análise das propostas (em que se examinam as propostas e é selecionada a que melhor se compraz ao exigido pelo edital) devem ocorrer conforme previsto no edital.

Portanto, a Administração, durante o processo licitatório, não pode se afastar das normas por ela mesma estabelecidas no edital, pois, para garantir segurança às relações jurídicas decorrentes do certame, bem como para assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar rigorosamente as disposições constantes do instrumento convocatório.

Nesse mote, evidencia-se que a licitante não cumpriu com o supracitado item editalício, ao qual tanto a Administração Pública, bem como os licitantes estão **estritamente vinculados**, de acordo com os preceitos legais previstos na Lei de licitações.



**SUPERMERCADO**  
UNIFAMÍLIA

F.E. ALMEIDA DA SILVA  
CNPJ:17.333.890/0001-56  
CGE: 07.227.963-0



Nestes termos, pedimos pela **IMPROCEDÊNCIA** do recurso apresentado pela LS HORTIFRUTI LTDA, permanecendo o julgamento dantes proferido e, consequentemente, pela manutenção da decisão que considera a recorrente inabilitada, em obediência aos princípios que orientam a atuação pública bem como as regras do instrumento convocatório.

Pacajus, Ceará, 15 de dezembro de 2025.

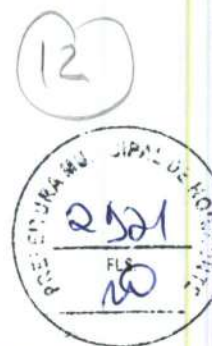
FRANCISCO	Assinado de forma
ERLANDIO	digital por FRANCISCO
ALMEIDA DA	ERLANDIO ALMEIDA DA
SILVA:501018703	SILVA:50101870353
53	Dados: 2025.12.15
	14:52:22 -03'00'

F.E. ALMEIDA DA SILVA  
Administrador





c-r  
F.E. ALMEIDA DA SILVA  
CNPJ:17.333.890/0001-56  
CGE: 07.227.963-0



**AO ILUSTRÍSSIMO AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE / CE**

**ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO. CONTRARRAZÕES RECURSAIS.  
PROCESSO Nº 2025.10.06.1 – PREGÃO ELETRÔNICO.**

A empresa F.E. ALMEIDA DA SILVA ME, legalmente cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 17.333.890/0001-56, à presença de Vossa Senhoria e com fulcro no item 9.11 do edital deste certame, na Lei 14.133/21 e legislação correlata, apresentar CONTRARRAZÃO aos recursos administrativos apresentados pelas empresas FORTE MIL LTDA ME (CNPJ: 49.332.637/0001-74) e MOURA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ sob nº 62.722.220/0001-86 em ataque a decisão que declarou vencedora F.E. ALMEIDA DA SILVA ME, no processo em destaque, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AOS ALUNOS ASSISTIDOS PELO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE/CE, o que faz com base nos seguintes argumentos fáticos e jurídicos a seguir dispostos.

## **1. DOS FATOS**

O presente recurso se dá acerca das alegações feitas pelas concorrentes FORTE MIL e MOURA DISTRIBUIDORA em desfavor da marca de BISCOITO MARILAN apresentada em nossa proposta de preços, alegando que "Consta apresentação de item e desconformidade com o termo de referência"; "NÃO É BISCOITO 03 CERAIS"; "VERIFICA-SE INCOMPATIBILIDADE TÉCNICA INSUPERÁVEL: Os produtos da marca "MARILAN" da linha de biscoitos integrais NÃO SÃO FORMULADOS COM TRÊS CEREAIS DISTINTOS. Conforme informações técnicas públicas, tratam-se de biscoitos produzidos principalmente à base de farinha de trigo integral, podendo conter aveia ou outro cereal isolado, mas não atendem à exigência de três cereais, o que pressupõe não haver a combinação de, por exemplo, trigo, aveia e centeio; ou trigo, cevada e milho, entre outras combinações que caracterizem efetivamente o produto como "multicereais" ou "3 cereais". (Conforme catálogo em anexo)". E ainda alega a recorrente MOURA DISTRIBUIDORA ausência de documentos



**SUPERMERCADO**  
UNIFAMÍLIA

F.E. ALMEIDA DA SILVA  
CNPJ:17.333.890/0001-56  
CGE: 07.227.963-0



de habilitação da recorrida, que se quer foram exigidos para o certame e os que foram exigidos foram entregues com rapidez, evidenciando claramente tentativa de tumultuar o processo licitatório, insurgindo contra a conduta ilibada dos agentes públicos, responsáveis pela promoção desta licitação.

Os argumentos trazidos pelas recorrentes não merecem prosperar diante da realidade fática, transparência e legalidade em que este processo foi construído.

Ora, as recorrentes por todo meio tentam frustrar o propósito maior da licitação que é a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração pública levantando hipóteses injustificadas e incoerente. Como se vê na própria descrição do produto da MARCA MARILAN constam a menção dos cereais, exigidos no termo de referência, vejamos:



#### Biscoito Marilan Cream Cracker Integral 335g

O Marilan Cream Cracker Integral combina o sabor crocante e delicado do tradicional Cream Cracker com os benefícios da farinha integral. Uma opção saudável e nutritiva, perfeita para quem busca um lanche equilibrado sem abrir mão do sabor.

Integral    Saudável    Chamar

#### Ingredientes

FARINHA DE TRIGO INTEGRAL (40%), FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR INVERTIDO, AMIDO DE MILHO\*, SAL, AÇÚCAR, FERMENTOS QUÍMICOS

<https://www.grupomarilan.com.br/produto/marilan/biscoitos/biscoito-marilan-cream-cracker-integral-335g-p148>

1/6

3/12/2025, 09:11

Biscoito Marilan Cream Cracker Integral 335g | Grupo Marilan

BICARBONATO DE AMÔNIO, BICARBONATO DE SÓDIO E DIFOSFATO DISSÓDICO, AROMATIZANTES, ACIDULANTE ÁCIDO LÁCTICO, MELHORADOR DE FARINHA PROTEASE. \*Espécie doadora do gene: Agrobacterium tumefaciens, Bacillus thuringiensis, Zea mays.  
ALERGÊNICOS: CONTÉM DERIVADOS DE TRIGO. PODE CONTER SOJA, AVEIA, LEITE, CENTEIO, CEVADA E AMENDOIM.  
CONTÉM GLÚTEN.





**SUPERMERCADO**  
UNIFAMÍLIA

F.E. ALMEIDA DA SILVA  
CNPJ:17.333.890/0001-56  
CGE: 07.227.963-0



Ora, o alerta para os alérgicos é certeza de que o produto contém TRIGO, SOJA, AVEIA, CENTEIO, CEVA E AMENDOIN, quantidade de cereais maiores que se exige o termo de referência. Notadamente que a indústria utiliza o termo "pode conter" para não revelar por inteiro as receitas exclusivas de seus produtos.

Restando evidente, que as recorrentes usam de má fé para tentam prejudicar o julgamento proferido pelo agente pregoeiro que age estritamente em conformidade com os ditames editalício e em observância a lei maior da licitação e que nossa proposta atende perfeitamente ao instrumento convocatório.

De outra sorte, pairasse ainda dúvidas poderia o agente agir conforme o item 7.5.8., do edital "0(a) Pregoeiro(a) visando o **atendimento a ampliação do princípio da competitividade**, bem como, munido da utilização do formalismo moderado poderá, dentro da análise de conveniência e oportunidade e ante ao caso concreto, realizar o saneamento de eventuais erros ou divergências constantes das propostas de preços, seja ela inicial ou a final (adequada)."

## 2. DO DIREITO

Preliminarmente é mister ressaltar que os agentes públicos devem acostar-se sempre aos Princípios basilares da Administração Pública, bem como, o dever da Administração de sempre buscar a proposta mais vantajosa, em conformidade com o disposto no **art. 5º, da nova Lei de Licitações**, *in verbis*:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim



**SUPERMERCADO**  
UNIFAMÍLIA

F.E. ALMEIDA DA SILVA  
CNPJ:17.333.890/0001-56  
CGE: 07.227.963-0



como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).  
(BRASIL, 2021, Art. 5º)

Nesta senda, vemos que a licitação é um procedimento administrativo, composto de atos ordenados e legalmente previstos, mediante os quais a Administração Pública busca selecionar a proposta mais vantajosa. Todavia, cada um dos seus atos deve ser conduzido em estrita conformidade com os princípios constitucionais e os parâmetros legais.

Neste sentido, elucidamos as palavras do renomado Hely Lopes Meirelles, vejamos:

"A escolha da proposta será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da Publicidade, da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e dos que lhes são correlatos."

Um dos pressupostos que norteiam a condução das licitações públicas é a estrita obediência ao previsto no respectivo edital, que vincula o agir da Administração Pública e dos participantes no decorrer do certame. Essa obrigatoriedade, inclusive ganhou ares de princípio, sendo denominado de "princípio da vinculação ao instrumento convocatório". Assim, tanto a etapa de habilitação das licitantes (em que se verifica as que reúnem as condições necessárias para participar do certame) quanto a de análise das propostas (em que se examinam as propostas e é selecionada a que melhor se compraz ao exigido pelo edital) devem ocorrer conforme previsto no edital.

Nesta seara, é cristalino o zelo desta gestão primando pela obtenção da proposta mais vantajosa e consequentemente agiu corretamente o pregoeiro / agente de contratação quando declarou classificada nossa proposta uma vez que é a proposta mais vantajosa.

De outro modo, pairasse alguma dúvida quanto os documentos de habilitação da recorrida, seria imperioso o estabelecido pelo Tribunal de Contas da União que dispôs de





**SUPERMERCADO**  
UNIFAMÍLIA

F.E. ALMEIDA DA SILVA  
CNPJ:17.333.890/0001-56  
CGE: 07.227.963-0



diversos acórdãos que consolidam o entendimento de que o **pregoeiro tem o dever de sanar vícios ou falhas sanáveis** em propostas e documentos de licitantes, especialmente sob a nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), **antes de desclassificar ou inabilitar**, buscando sempre a proposta mais vantajosa para a Administração, como visto nos **Acórdãos 1211/2021 e 641/2025**. A jurisprudência do TCU reforça que erros formais (que não alterem a substância da proposta ou validade jurídica) devem ser corrigidos via diligência, permitindo que o licitante apresente documentos comprobatórios de condições já existentes, sem afrontar a isonomia.

#### **Principais pontos dos acórdãos do TCU sobre pregoeiro e saneamento:**

- **Dever de diligenciar:** O pregoeiro deve realizar diligências para que os licitantes corrijam falhas ou apresentem documentos ausentes que comprovem condições já atendidas na proposta, conforme art. 64 da Lei 14.133/2021 e.
- **Diferença entre sanar e incluir:** Não se trata de permitir a inclusão de um documento que prove uma condição que não existia na fase de apresentação da proposta, mas de corrigir erros materiais ou juntar comprovantes por equívoco, como destaca o Acórdão 1211/2021.
- **Foco no resultado (proposta mais vantajosa):** A desclassificação sumária por vícios sanáveis **é vista como ineficiente e contrária ao interesse público**, pois o **foco deve ser a obtenção da melhor proposta**, mesmo que formalmente imperfeita, um entendimento reforçado pelo **Acórdão 641/2025**.
- **Exemplos:** O tribunal já decidiu que a ausência de menção nominal a metodologias específicas, sem desatender o requisito técnico, pode ser sanada, e erros em planilhas de preços (sem alterar o valor final) devem ser indicados para correção, conforme.

### **3. DO PEDIDO**

Em face ao exposto e tendo na devida conta que a proposta de preços ofertados pela recorrida F.E. ALMEIDA DA SILVA ME são efetivamente as menores e, por conseguinte, as mais vantajosas para a administração de Horizonte, que os motivos apontados pelas recorrentes FORTE MIL LTDA ME e MOURA DISTRIBUIDORA LTDA são



**SUPERMERCADO**  
UNIFAMÍLIA

F.E. ALMEIDA DA SILVA  
CNPJ:17.333.890/0001-56  
CGE: 07.227.963-0



na tentativa de tumultuar o processo, acusando a administração de forma leviana com a intenção de frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, impondo interpretações diversas daquelas consagradas no instrumento convocatório, devendo os agentes públicos julgarem IMPROCEDENTES as alegações trazidas, em obediência aos princípios que orientam a atuação pública.

Pacajus, Ceará, 15 de dezembro de 2025.

FRANCISCO  
ERLANDIO  
ALMEIDA DA  
SILVA:501018703  
53

Assinado de forma  
digital por FRANCISCO  
ERLANDIO ALMEIDA  
DA SILVA:50101870353  
Dados: 2025.12.15  
11:48:09 -03'00'

F.E. ALMEIDA DA SILVA  
Administrador





**DA SERVIÇOS E COMÉRCIO - ME**  
RUA RECIFE 502 - CAMPINAS - CEP. 62.700-000 - CANINDÉ - CE  
RAZÃO SOCIAL: D. AGUIAR DA SILVA - ME  
CNPJ.57.651.443/0001-60



**AO ILUSTRE (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) / AGENTE DE  
CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE – CE**

**Processo:** Pregão Eletrônico nº 2025.10.06.1 – PE UASG: 981253

**Objeto:** Aquisição de gêneros alimentícios destinados ao Programa de Alimentação Escolar do Município de Horizonte/CE.

**Recorrida:** D AGUIAR DA SILVA – ME

**Recorrente:** ESQUINA DO FRANGO COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE AVES E BOI LTDA

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO (Grupo/Lote 13)**

A empresa **D AGUIAR DA SILVA – ME**, já qualificada nos autos do Pregão em epígrafe, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, apresentar suas

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

Interposto pela empresa **ESQUINA DO FRANGO COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE AVES E BOI LTDA**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

**1. SÍNTESE DO RECURSO**

Em seu recurso, a Recorrente sustenta, em resumo, que:

- O preço ofertado pela Recorrida para o **item 83** (carne bovina patinho ou coxão mole, marca DUBOI), no valor de **R\$ 26,00/kg**, seria inexecutável, por supostamente estar abaixo do preço de venda informado pela indústria DUBOI;
- Na data de abertura da licitação (30/10/2025), a Recorrida não possuiria cadastro ativo junto à DUBOI para compras em quantidade, anexando recortes de conversa via aplicativo de mensagens e ofício de consulta;
- Haveria suposta inadequação sanitária das instalações da Recorrida, com base em uma fotografia de fachada.

Ao final, requer diligências e pleiteia a desclassificação da proposta da D AGUIAR DA SILVA – ME.



**DA SERVIÇOS E COMÉRCIO - ME**  
RUA RECIFE 502 - CAMPINAS - CEP. 62.700-000 - CANINDÉ - CE  
RAZÃO SOCIAL: D. AGUIAR DA SILVA - ME  
CNPJ.57.651.443/0001-60



Como se demonstrará, **nenhuma dessas alegações se sustenta**, devendo ser mantida na íntegra a decisão que aceitou a proposta e habilitou a Recorrida no Grupo/Lote 13.

## **2. DO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO EDITAL E DA REGULAR HABILITAÇÃO**

A Recorrida apresentou toda a documentação exigida no edital – habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e sanitária – bem como proposta comercial compatível com o objeto licitado, motivo pelo qual foi declarada **“aceita e habilitada”** no sistema oficial.

Os atos da Pregoeira gozam de **presunção de legitimidade e veracidade**, cabendo a quem impugna o ato o ônus de demonstrar, de forma clara, eventual ilegalidade. Sobre o tema, é magistral a lição de **Celso Antônio Bandeira de Mello**:

*“A presunção de legitimidade é a qualidade, que reveste tais atos, de se presumirem verdadeiros e conformes ao Direito, até prova em contrário. [...] Decorre daí que o ato administrativo gera, de imediato, seus efeitos, cabendo a quem lhe objeta a validade o encargo de provar a desconformidade com a lei.”* (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 34. ed. São Paulo: Malheiros, p. 423).

Portanto, sem prova robusta em contrário, prevalece a decisão da Pregoeira que habilitou a Recorrida.

Nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, o procedimento licitatório é regido, entre outros, pelos princípios da **legalidade, vinculação ao edital, julgamento objetivo, isonomia, eficiência e segurança jurídica**.

Como ensina o saudoso **Hely Lopes Meirelles**, o edital é a “lei interna da licitação”, vinculando a Administração e os licitantes aos seus termos estritos:

*“O edital é a lei interna da licitação. Vincula os licitantes e a Administração aos seus termos. A vinculação ao instrumento convocatório é princípio básico de toda licitação; por ele, a Administração e os licitantes não podem descumprir as normas e condições do edital, ao qual se devem ater estritamente.”* (MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 42. ed. São Paulo: Malheiros, p. 317).





**DA SERVIÇOS E COMÉRCIO - ME**  
RUA RECIFE 502 - CAMPINAS - CEP. 62.700-000 - CANINDÉ - CE  
RAZÃO SOCIAL: D. AGUIAR DA SILVA - ME  
CNPJ.57.651.443/0001-60



Não se admite, portanto, após a disputa, a criação de requisitos não previstos no instrumento convocatório. A Recorrida **cumpriu rigorosamente todas as exigências editalícias**, razão pela qual foi corretamente habilitada e mantida na primeira colocação no Grupo/Lote 13.

### **3. DA GARANTIA DE PROPOSTA (SEGURO-GARANTIA) PRESTADA PELA RECORRIDA**

Conforme expressamente previsto no edital, foi exigida **garantia de proposta**, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, como requisito de participação.

A **D AGUIAR DA SILVA – ME** atendeu integralmente essa exigência, tendo apresentado **SEGURO-GARANTIA DE PROPOSTA** na forma, valor e prazo estipulados no instrumento convocatório.

A doutrina é uníssona ao reconhecer a finalidade da garantia.

**Ronny Charles Lopes de Torres** esclarece que o instituto visa afastar aventureiros:

*“A exigência de garantia de proposta busca aferir a qualificação econômico-financeira do licitante e, precipuamente, inibir a participação de licitantes aventureiros, que não possuam condições ou real interesse na contratação.” (TORRES, Ronny Charles Lopes de. *Leis de Licitações Públicas Comentadas*. 12. ed. São Paulo: Juspodivm).*

No mesmo sentido, **Marçal Justen Filho** reforça que a garantia é um “sinal” de seriedade:

*“A prestação de garantia de participação funciona como um mecanismo de pré-qualificação financeira e de comprometimento do licitante com a seriedade de sua oferta, assegurando à Administração que, em caso de recusa na assinatura do contrato, haverá uma compensação mínima.” (JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*).*

Dessa forma, além de apresentar proposta vantajosa, a Recorrida também **assumiu compromisso formal e economicamente garantido** com a Administração, o que reforça sua idoneidade e afasta qualquer alegação de temeridade na oferta.

### **4. DA EXEQUIBILIDADE DO PREÇO, ANÁLISE TÉCNICA E CRITÉRIOS DO EDITAL**



DA SERVIÇOS E COMÉRCIO - ME  
RUA RECIFE 502 - CAMPINAS - CEP. 62.700-000 - CANINDÉ - CE  
RAZÃO SOCIAL: D. AGUIAR DA SILVA - ME  
CNPJ.57.651.443/0001-60



#### 4.1. Alegação da recorrente sem prova técnica

A Recorrente afirma que o preço de **R\$ 26,00/kg** para o item 83 seria inexecutável. Tal alegação baseia-se apenas em contatos informais de WhatsApp e ofícios produzidos pela própria interessada, sem qualquer laudo técnico ou planilha de custos que comprove a inviabilidade da execução.

#### 4.2. Preços e deságios praticados no Lote 13

Considerando o **Lote 13 como um todo** (itens 83 e 84), a diferença entre as propostas globais é de apenas cerca de **R\$ 10.187,52**, o que representa aproximadamente **0,5 ponto percentual** de deságio adicional em favor da Recorrida (33,86% contra 33,32%). Portanto, as duas propostas se situam no mesmo patamar de mercado, não havendo qualquer “abismo” que justifique a suspeita de inexecutabilidade.

#### 4.3. Do atendimento aos critérios objetivos do Edital (Itens 9.9.2 e 9.9.3)

A alegação de inexecutabilidade esbarra frontalmente nos critérios objetivos definidos pelo próprio instrumento convocatório. O **Item 9.9.2** do Edital é cristalino ao estabelecer o parâmetro para presunção relativa de inexecutabilidade:

*“9.9.2. Apresentar preço final inferior a 50% (cinquenta por cento) da média dos preços estimados para o mesmo item [...]”*

No caso em tela, a matemática é irrefutável e destrói a tese da Recorrente:

- **Valor Estimado do Item 83:** R\$ 33,66
- **50% do Valor Estimado (Limite de Alerta):** R\$ 16,83
- **Preço Ofertado pela Recorrida:** R\$ 26,00

O preço ofertado pela Recorrida (R\$ 26,00) representa aproximadamente **77% do valor estimado**, situando-se **muito acima do limite de 50%** (R\$ 16,83) que poderia suscitar dúvidas sobre a executabilidade.

Ademais, o **Item 9.9.3** do Edital define como inexecutável a proposta com preços “*simbólicos, irrisórios ou de valor zero*”. O preço de R\$ 26,00/kg para o corte bovino ofertado é um preço de mercado, firme e executável, longe de ser simbólico ou irrisório.

Portanto, conforme as próprias regras do certame, **não há indício de inexecutabilidade**, tornando desnecessária qualquer diligência adicional baseada em mero inconformismo da concorrente.





**DA SERVIÇOS E COMÉRCIO - ME**  
RUA RECIFE 502 - CAMPINAS - CEP. 62.700-000 - CANINDÉ - CE  
RAZÃO SOCIAL: D. AGUIAR DA SILVA - ME  
CNPJ.57.651.443/0001-60



#### 4.4. Doutrina sobre inexecuibilidade

A Recorrente cita trecho de **Jessé Torres Pereira Júnior**, contudo, a interpretação deve ser cautelosa. O próprio autor destaca que a preocupação com a inexecuibilidade visa coibir o abuso e o *dumping*:

*“A desclassificação por inexecuibilidade reclama a certeza de que a proposta não poderá ser cumprida. [...] O que se busca evitar é o ‘mergulho’ de preços (dumping), praticado com o fim de eliminar a concorrência para, depois, elevar os preços arbitrariamente.”* (PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos*).

Também **Marçal Justen Filho** alerta sobre a cautela necessária:

*“A Administração só deve recusar propostas de valor reduzido quando houver prova cabal da impossibilidade de execução, pois o interesse público reside na contratação mais vantajosa.”* (JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*).

No caso concreto, não há prova de que o preço não cubra os custos e a Recorrida  **forneceu prontamente amostra** do produto, demonstrando possuir acesso efetivo à marca DUBOI.

#### 5. DO CADASTRO JUNTO À INDÚSTRIA DUBOI E DA FRAGILIDADE DAS INFORMAÇÕES EXTRAOFICIAIS

A Recorrente afirma que, na data de 30/10/2025, a Recorrida não possuiria “cadastro ativo” junto à DUBOI. Sobre esse ponto, cumpre destacar:

- O edital em nenhum momento exigiu cadastro prévio como condição de habilitação.
- Informações prestadas de forma informal em WhatsApp a um concorrente não possuem fé pública.

De todo modo, a verdade dos fatos fulmina a pretensão recursal: a **D AGUIAR DA SILVA – ME possui, sim, cadastro ativo junto à indústria DUBOI desde 13/06/2025**. Tal fato é comprovado documentalmente pelo **cadastro atualizado** e pelo **OFÍCIO OFICIAL** emitido pela própria indústria, anexos a esta defesa.

Cai por terra, portanto, a única alegação que sustentava a tese da Recorrente, restando evidente a total regularidade da proposta vencedora.



DA SERVIÇOS E COMÉRCIO - ME  
RUA RECIFE 502 - CAMPINAS - CEP. 62.700-000 - CANINDÉ - CE  
RAZÃO SOCIAL: D. AGUIAR DA SILVA - ME  
CNPJ.57.651.443/0001-60



## 6. DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS e PROVA DOCUMENTAL X FOTOGRAFIA ISOLADA

A Recorrente tenta colocar em dúvida as condições sanitárias da Recorrida com base em **uma única fotografia da fachada**, ignorando os documentos oficiais apresentados (alvará, licença, registros).

A Recorrida cumpriu integralmente as exigências do edital e foi, por isso, corretamente habilitada. Ademais, para espantar qualquer dúvida sobre a atualidade de sua regularidade, informa-se que em **11/12/2025 foi emitida a RENOVAÇÃO DO ALVARÁ DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA** (documento anexo).

Ou seja, o órgão estatal competente atestou, **há poucos dias**, todas as condições de funcionamento e higiene da Recorrida, o que se sobrepõe a qualquer fotografia aleatória apresentada pela concorrente.

## 7. DO MERO INCONFORMISMO COM A DERROTA E A TENTATIVA DE TUMULTUAR O CERTAME

O recurso faz longa digressão sobre “práticas desleais” e intenções futuras, mas não aponta nenhum fato concreto.

O que se denota, na realidade, é o **mero inconformismo da Recorrente com a sua classificação em segundo lugar**. Não logrando êxito na disputa de preços – que é o critério objetivo do Pregão –, a empresa tenta, pela via administrativa, reverter o resultado lícito do certame valendo-se de alegações subjetivas e desprovidas de prova (*jus sperniandi*).

A jurisprudência e a doutrina repudiam o uso do recurso administrativo como instrumento de vingança comercial ou para criar embaraços à contratação mais vantajosa. A insatisfação com a derrota comercial não é fundamento jurídico hábil para desqualificar uma proposta válida, exequível e documentalmente regular.

Eventuais reajustes futuros são disciplinados pela Lei nº 14.133/2021 e sempre submetidos ao crivo da Administração, não cabendo presumir má-fé da licitante vencedora para desclassificá-la preventivamente.

## 8. CONCLUSÃO E PEDIDOS

Diante de todo o exposto, resta amplamente demonstrado que:

- A D AGUIAR DA SILVA – ME cumpriu todos os requisitos do edital;





**DA SERVIÇOS E COMÉRCIO - ME**  
RUA RECIFE 502 - CAMPINAS - CEP. 62.700-000 - CANINDÉ - CE  
RAZÃO SOCIAL: D. AGUIAR DA SILVA - ME  
CNPJ.57.651.443/0001-60



- A Recorrida apresentou **SEGURO-GARANTIA DE PROPOSTA**, reforçando a seriedade de sua participação;
- Os preços ofertados são **perfeitamente exequíveis**, situando-se muito acima do limite de 50% previsto no **item 9.9.2 do Edital**, não havendo qualquer presunção de inexecuibilidade;
- A Recorrida possui **cadastro junto à indústria DUBOI desde 13/06/2025**, comprovado por **documento oficial anexo**;
- As condições sanitárias estão amparadas em documentos oficiais válidos e atualizados (Alvará renovado em **11/12/2025**).

Diante disso, requer a Vossa Senhoria:

a) O recebimento e o **TOTAL IMPROVIMENTO** do recurso administrativo interposto pela empresa **ESQUINA DO FRANGO COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE AVES E BOI LTDA**;

b) A **manutenção integral da decisão que aceitou a proposta e habilitou a D AGUIAR DA SILVA – ME** como vencedora do Grupo/Lote 13 do Pregão Eletrônico nº 2025.10.06.1 – PE;

Termos em que, Pede deferimento.

Canindé, 15 de Dezembro de 2025.

**DANIEL**  
**AGUIAR DA**  
**SILVA:6143**  
**2369334**

Assinado de forma  
digital por DANIEL  
AGUIAR DA  
SILVA:6143236933  
4  
Dados: 2025.12.15  
16:18:55 -03'00'

DANIEL AGUIAR DA SILVA  
CPF: 614.323.693-34  
SÓCIO ADMINISTRADOR



Cientes

## Cadastro de Clientes

Voltar

### Cadastro Básico

Código: 16423 Data Cadastro: 13/06/2025 C.N.P.J./C.P.F.: 57.651.443/0001-60

Insc. Estadual/R.G.: SUFRAMA:

Pessoa  
☐ Física  
☒ Jurídica  
☐ Estrangeiro

Nome/Razão Social:  
D AGUIAR DA SILVA

Nome de Fantasia:  
D A SERVIÇOS E COMERCIO

ICMS:  
Contribuinte

Endereço principal Endereço de entrega Referências comerciais / bancárias Bens patrimoniais Autorização p/download e envio XMLs

Cep.:  
62 700-000

Logradouro:  
RUA RECIFE

Numero:  
502

Complemento:

Bairro:  
CAMPINAS

Código / Município:  
2302800 CANINDÉ

UF:  
CE

Telefone:  
(85) 8695-8788

Ponto de referência:

Telefone 2:  
(85) 8695-8788

Fax/Celular:  
( ) -

Contato:  
DANIEL AGUIAR

Tel. contato:  
(85) 8695-8788

Rede/Grupo:  
1 DISTRIBUIDORES

Ramo de Atividade:  
LICITAÇÃO

Proprietário:  
DANIEL AGUIAR

1 - E-mail / 2 - Home Page:  
aguiardanielsilva@gmail.com

Observações do Cliente:

Cadastro básico

Cadastro avançado

Dados financeiros

Alertas para o Cliente

Metas

Equipamentos





**DUBOI FRIGORIFICO INDUSTRIAL LTDA.**  
CNPJ: 01.930.887/0001-80 - Tel: (85) 3391-9000  
e-mail: comercial@duboialimentos.com.br



### DECLARAÇÃO DE CADASTRO

Declaramos para os devidos fins, que a empresa **D AGUIAR SILVA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 57.651.443/0001-60, com sede na Rua Recife, nº 502, Bairro Campinas, Cidade de Canindé, Estado do Ceará, possui cadastro regularmente ativo junto a nossa empresa, registrado sob o código 16.423, no grupo DISTRIBUIDORES, pelo que firmo a presente declaração.

Fortaleza, 11 de dezembro de 2025.

**DANILO CORADI  
FERREIRA DA  
SILVA:62032038  
315**

Assinado digitalmente por DANILO CORADI  
FERREIRA DA SILVA:62032038315  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia, OU=44664482000150,  
OU= Pessoa Fisica A1, OU=ARGROWTECH,  
OU=Autoridade Certificadora SAFE-ID  
BRASIL, CN=DANILO CORADI FERREIRA  
DA SILVA:62032038315  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2025.12.11 11:25:16-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

**DUBOI  
FRIGORIFICO  
INDUSTRIAL  
LTDA:01930887  
000180**

Assinado digitalmente por DUBOI  
FRIGORIFICO INDUSTRIAL  
LTDA:01930887000180  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado  
Digital PJ A1, OU=Videoconferencia, OU=22121066000172, OU=AC SyngularID  
Multipla, CN=DUBOI FRIGORIFICO  
INDUSTRIAL LTDA:01930887000180  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2025.12.11 11:27:51-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

**Danilo Coradi Ferreira da Silva  
CPF: 620.320.282-15  
Sócio Administrador**

**ITI**Instituto Nacional de  
Tecnologia da Informação

## Relatório de conformidade

**Nome:** Validador de assinaturas eletrônicas**Data de Validação:** 11/12/2025 11:28:37 BRT**Versão do software(Verificador de Conformidade):** 2.21.1.2**Versão do software(Validador de Documentos):** 3.0.5.2**Fonte de verificação:** Offline**Nome do arquivo:** declaracao\_cliente16243\_assinado\_assinado.pdf**Resumo da SHA256 do arquivo:**

9d3f08fd516b3caf0f0e0ba5b1c29bb78b7abac5c9dde4db5eff527e7f5476dd

**Tipo do arquivo:** PDF**Quantidade de assinaturas:** 2**Quantidade de assinaturas ancoradas:** 2

CN=DANILO CORADI FERREIRA DA SILVA:\*\*\*320383\*\*,  
OU=Autoridade Certificadora SAFE-ID BRASIL,  
OU=ARGROWTECH, OU=Pessoa Fisica A1,  
OU=44664482000150, OU=videoconferencia,  
O=ICP-Brasil, C=BR

### Informações da assinatura

**Assinante:** CN=DANILO CORADI FERREIRA DA SILVA:\*\*\*320383\*\*,  
OU=Autoridade Certificadora SAFE-ID BRASIL,  
OU=ARGROWTECH, OU=Pessoa Fisica A1,  
OU=44664482000150, OU=videoconferencia, O=ICP-Brasil, C=BR

**CPF:** \*\*\*.320.383-\*\*





**Tipo de assinatura:** Destacada

**Status de assinatura:** Aprovado

**Caminho de certificação:** Valid

**Estrutura:** Em conformidade com o padrão

**Cifra assimétrica:** Aprovada

**Resumo criptográfico:** true

**Data da assinatura:** 11/12/2025 11:25:16 BRT

**Atributos obrigatórios:** Aprovados

**Mensagem de erro:** Nenhuma mensagem de alerta

**Política de assinatura:**

## Certificados utilizados

CN=DANILO CORADI FERREIRA DA SILVA:62032038315,  
OU=Autoridade Certificadora SAFE-ID BRASIL,  
OU=ARGROWTECH, OU=Pessoa Fisica A1,  
OU=44664482000150, OU=videoconferencia,  
O=ICP-Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=Autoridade Certificadora SAFE-ID BRASIL, OU=Servico Federal de  
Processamento de Dados - SERPRO, O=ICP-Brasil, C=BR

**Data de emissão:** 19/12/2024 18:07:35 BRT



**Aprovado até:** 19/12/2025 18:07:35 BRT

**Expirado (LCR):** false

CN=Autoridade Certificadora SAFE-ID BRASIL,  
OU=Servico Federal de Processamento de Dados -  
SERPRO, O=ICP-Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=Autoridade Certificadora SERPRO v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz  
Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

**Data de emissão:** 07/05/2021 10:20:50 BRT

**Aprovado até:** 15/02/2029 10:20:50 BRT

**Expirado (LCR):** false

CN=Autoridade Certificadora SERPRO v4, OU=Autoridade  
Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de  
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR





**Data de emissão:** 14/09/2016 10:10:42 BRT

**Aprovado até:** 02/03/2029 09:00:42 BRT

**Expirado (LCR):** false

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,  
OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI,  
O=ICP-Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de  
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

**Data de emissão:** 02/03/2016 10:01:38 BRT

**Aprovado até:** 02/03/2029 20:59:38 BRT

**Expirado (LCR):** false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

**Nome do atributo:** SignatureDictionary

**Corretude:** Valid

Atributos Opcionais



**Nome do atributo:** DSS

**Corretude:** Valid

CN=DUBOI FRIGORIFICO INDUSTRIAL  
LTDA:01930887000180, OU=AC SyngularID Multipla,  
OU=22121066000172, OU=Videoconferencia,  
OU=Certificado Digital PJ A1, O=ICP-Brasil, C=BR

### Informações da assinatura

**Assinante:** CN=DUBOI FRIGORIFICO INDUSTRIAL LTDA:01930887000180,  
OU=AC SyngularID Multipla, OU=22121066000172,  
OU=Videoconferencia, OU=Certificado Digital PJ A1,  
O=ICP-Brasil, C=BR

**CPF:** \*\*\*.320.383-\*\*

**Tipo de assinatura:** Destacada

**Status de assinatura:** Aprovado

**Caminho de certificação:** Valid

**Estrutura:** Em conformidade com o padrão

**Cifra assimétrica:** Aprovada

**Resumo criptográfico:** true

**Data da assinatura:** 11/12/2025 11:27:51 BRT

**Atributos obrigatórios:** Aprovados

**Mensagem de erro:** Nenhuma mensagem de alerta

**Política de assinatura:**





## Certificados utilizados

CN=DUBOI FRIGORIFICO INDUSTRIAL  
LTDA:01930887000180, OU=AC SyngularID Multipla,  
OU=22121066000172, OU=Videoconferencia,  
OU=Certificado Digital PJ A1, O=ICP-Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=AC SyngularID Multipla, O=ICP-Brasil, OU=AC SyngularID, C=BR

**Data de emissão:** 09/10/2025 14:45:22 BRT

**Aprovado até:** 09/10/2026 14:45:22 BRT

**Expirado (LCR):** false

CN=AC SyngularID Multipla, O=ICP-Brasil, OU=AC  
SyngularID, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=AC SyngularID, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,  
O=ICP-Brasil, C=BR



**Data de emissão:** 18/04/2022 15:35:14 BRT

**Aprovado até:** 01/03/2029 20:59:59 BRT

**Expirado (LCR):** false

CN=AC SyngularID, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

**Data de emissão:** 21/03/2022 15:00:21 BRT

**Aprovado até:** 02/03/2029 09:00:21 BRT

**Expirado (LCR):** false

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,  
OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI,  
O=ICP-Brasil, C=BR

**Buscado:** Offline

**Assinatura:** true

**Emissor:** CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR





**Data de emissão:** 02/03/2016 10:01:38 BRT

**Aprovado até:** 02/03/2029 20:59:38 BRT

**Expirado (LCR):** false

## Atributos usados

## Atributos obrigatórios

**Nome do atributo:** SignatureDictionary

**Corretude:** Valid

## Atributos Opcionais

**Nome do atributo:** DSS

**Corretude:** Valid



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ  
NÚCLEO DE VIGILANCIA SANITÁRIA



ALVARÁ  
ALVARÁ SANITÁRIO

ANO	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	No. DO ALVARÁ	DATA VALIDADE
2025	32909	390	09/12/2026

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO	
D AGUIAR DA SILVA	
D A SERVIÇOS E COMERCIO	
DOCUMENTO C.N.P.J.: 57.651.443/0001-60	

ENDEREÇO DO DOMICÍLIO FISCAL	TIPO DE EMPRESA
RUA RECIFE 502 Bairro: CAMPINAS - Cidade CANINDÉ CEP 62.700-000	EMPRESA NORMAL
	No. do Processo

CÓDIGO	ATIVIDADE
158	COMÉRCIO VAREJ. DE PRODUTOS NÃO ESPECIFI

CNAE
4729699 Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em pro

CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO	Base Calculo	VALOR DO TRIBUTO
Horário de Funcionamento	AREA	61,88
	45,00	

INFORMAÇÕES/OBSERVAÇÕES/RESTRIÇÕES
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES NOME DE FANTASIA: D. A. SERVIÇOS E COMÉRCIO PROPRIETÁRIO OU RESPONSÁVEL: DANIEL AGUIA DA SILVA LAUDO: 12223 DE 09/12/2025 PROCESSO: 772 REGISTRO SANITÁRIO: 3255 A DATA DE VALIDADE DESTES ALVARÁ SANITÁRIO É CONTADA TENDO COMO BASE A DATA DE PAGAMENTO DA TVS/2025, CONFORME OFÍCIO Nº 11 DE 17/03/2021 DESTES NÚCLEO DE VISA OU DA DATA DO LAUDO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA